

DOPS: VIGILÂNCIA E CENSURA À IGREJA CATÓLICA EM PERNAMBUCO (1930 – 1950)

COSTA, Elisama Carvalho da.¹ & ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de.² - Departamento de Letras e Ciências Humanas - UFRPE

Introdução

Este ensaio tem por finalidade trazer a tona o modo como a Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – seguiu os passos da Igreja Católica, através dos seus instrumentos de censura e vigilância. E desse modo, perceber os momentos de ruptura e permanência na relação existente entre a Instituição e o Estado, nos anos compreendidos entre 1930 e 1950.

Este trabalho é parte integrante de um projeto maior intitulado DOPS: Imagens Censuradas (1930 -1985), cujo objetivo, é inventariar o acervo iconográfico da DOSP-PE, para que através das imagens, possamos desconstruir e compreender o momento histórico referente aos anos de existência e atuação da Delegacia. Já que muitas vezes representaram momentos sombrios da história nacional, quando o “Estado violou a intimidade não apenas das instituições, mas também dos indivíduos”.³

Por esta razão, nos propomos a efetuar uma desconstrução deste corte temporal (1930 – 1950), na tentativa de compreender “as múltiplas relações entre os documentos iconográfico e textual”,⁴ produzidos ou recolhidos pela DOPS-PE acerca da Igreja Católica.

Contextualização Histórica

Desde a instauração da República, em 1889, que resultou na crescente laicização da política Brasileira, a Igreja Católica buscou a retomada do poder político perdido. Isso se tornou bastante notável, quando da publicação da Carta Pastoral pelo Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Sebastião Leme, em 1916, onde a Igreja Católica revela sua estratégia de recuperação e inferência no espaço política brasileiro.

Para D. Leme, dois pontos eram cruciais neste processo: “o primeiro era o ensino religioso obrigatório; e o segundo, a organização de uma Ação Católica – formada por leigos fiéis às doutrinas Católicas – que atuasse em todos os segmentos da sociedade”.⁵ Com essa postura, a Igreja teria o controle dos cargos ligados a área educacional e, evidentemente, interviria nos assuntos de seu interesse.

Muitos intelectuais católicos das três primeiras décadas do século XX viam esse divórcio ocorrido entre a Igreja e o Estado, como o resultado dos ideais de Igualdade, Liberdade e Fraternidade – amplamente difundidos na Revolução Francesa. Na realidade, encaravam a Revolução como promotora da revolta das massas ao poder e a autoridade.

No entanto, esse desejo de contenção social e de sistematização da ordem, não demoraria em encontrar um “punho de ferro” que o assumisse enquanto projeto político. E assim, em novembro de 1930, Getúlio Vargas - líder civil de um movimento de oposição - tornou-se Presidente do Brasil, em caráter provisório.⁶ Essa era a oportunidade que a Instituição necessitava para angariar representatividade política e retomar o espaço perdido com a laicização.

Nesse sentido, a Igreja Católica passa a prestar auxílio ao Estado de duas maneiras: primeiro oferecendo apoio político decisivo nos momentos críticos dos anos 30; e segundo, exercendo sua função milenar e indispensável na domesticação das consciências. Essa simbiose ajudou a construir um governo forte e centralizador.⁷

A Symbiose Perfeita

O Estado reconhecia que o espírito cristão estava imbuído na cultura ocidental de uma tal forma, que apenas a Igreja, ou seus recursos e preceitos poderiam surtir efeito sobre as massas, indo em seus íntimos, para então ditar os critérios e normas de existência e comportamento desejado. E foi a partir desse pressuposto, que os intelectuais responsáveis pelo discurso da “Era Vargas” se fundamentaram.

Para Lenharo, a administração do país, estava associada ao do Corpo Místico de Cristo, onde o estado era representado pela cabeça, donde vinha toda a energia de comando; os órgãos, desiguais entre si, sendo uns mais nobres e outros menos, representavam as diversas classes sociais – que se nutrem do mesmo alimento, fazendo-os por sua vez, espiritualmente iguais, portanto conformados à ordem das coisas e resultando no funcionamento harmônico do organismo, enfim, do Estado.⁸

Além disso, a equipe de ideólogos do Estado Varguista, apropriou-se com muita categoria dos recursos imagéticos usufruídos pela Igreja. Determinando a utilização obrigatória da imagem de Cristo nas escolas, fábricas e sindicatos, admoestando, assim, para que todas as discussões empreendidas nesses espaços fossem realizadas sob o olhar da justiça divina, única capaz de conhecer a intimidade humana.

É importante ressaltar, que toda essa preocupação com a ordem e com a própria manutenção de fé, estava relacionada com o fato de o Socialismo Russo, ter-se difundido amplamente no mundo, na década de 30, repercutindo de uma maneira tal, que em novembro de 1935, membros do Partido Comunista do Brasil, organizaram um golpe a fim de instaurar o Regime Comunista no

País. Este fato resultou no recrudescimento tanto das atividades da Igreja, quanto do Estado contra seu inimigo comum – o Comunismo.

Quanto à primeira, intensificou suas atividades anticomunistas, passando a agir como instrumento para denunciar, isolar e desmoralizar as “idéias exógenas difundidas pelo inimigo vermelho”.⁹ Desse modo, foi iniciada uma verdadeira “cruzada” em todo o país, liderada pelo laicato católico, que se apropriou dos meios de comunicação, para atingir mais eficazmente as massas.¹⁰ É nesse período que passam a ser realizadas - em caráter oficial - as atividades da Ação Católica Brasileira, cuja finalidade era a “salvação das almas e da pátria”. Estava sob sua tutela organizações como a CEC – Cruzada de Educadoras Católicas, a LEC – Liga Eleitoral Católica, a JUC – Juventude Universitária Católica e a ACO – Ação Católica Operária. Essas organizações deixavam sob a influência da Igreja, todos os seguimentos da sociedade.¹¹

É muito interessante perceber a atuação da Ligas Eleitorais Católicas, que distribuídas em todo o país, eram responsáveis pela orientação política das massas, de modo a garantir a candidaturas dos políticos reconhecidos pela qualidade de “bom católico” – logo, constituía uma verdadeira arma contra os candidatos favoráveis ao regime democrático.

Paralelamente o Estado passou a realizar uma intensa perseguição aos comunistas ou qualquer outro grupo que pudesse perturbar a ordem estabelecida. Para tanto, cercou-se de um aparato técnico e burocrático responsável pelo cerceamento da sociedade e instituições. Foi nesse momento que surgiu a DOPS.

DOPS: A “Polícia do Pensamento”

Criada em 23 de dezembro de 1935, por força da Lei Federal nº 71, a Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, tinha por funções:

*“... proceder a inquéritos sobre o crime de ordem política e social, exercer as medidas de polícia preventiva e controlar os serviços, cujos fins estivessem em conexão com a ordem política e social”.*¹²

Essas eram as atribuições da instituição que durante os anos mais sombrios da história do país, esteve no enalço de instituições, homens e mulheres, não importando cor, credo, ou classe social.

A Polícia Política Vargasista tinha algo de excepcional em suas atividades de investigação, censura e repressão, pois, nenhuma instituição ou pessoa física, que despenhassem alguma atividade considerada subversiva, passava despercebida ao olhar atento dos investigadores. Neste sentido, a Delegacia, em todos os anos de funcionamento reuniu, em termos quantitativos, o equivalente a 134 metros lineares de documentos, distribuídos entre 23.500 prontuários funcionais (entidades, ou

pessoas públicas ligadas a alguma instituição), e 21.200 prontuário individuais (vida privada de pessoas), que fazem um total de 44.700 documentos.

Essa “polícia do pensamento” instalada por Vargas no Brasil, era uma instituição extremamente bem articulada interna e externamente, inclusive, com organismos de informações internacionais. E desse modo, realizava o acompanhamento sistemático da vida particular e pública de pessoas envolvidas em determinadas entidades, ou movimentos, construindo um verdadeiro dossiê do cotidiano dos seus objetos de investigação.¹³

O nível de atuação da Delegacia ultrapassava até mesmo os acordos políticos travados pelo Estado e a Igreja Católica, uma vez que os investigadores da DOPS estiveram durante decorrer da Era Vargas, vigiando, censurando e reprimindo ações ou pessoas vinculadas a Igreja Católica, que pudessem oferecer algum risco ao regime. O que significa dizer, que em nenhum momento o Estado esteve desapercebido do perigo que a instituição oferecia enquanto manipuladora das massas.

É muito importante perceber a atuação da polícia política varguista nesta questão, haja vista que ela utilizou todo o seu aparato de vigilância e censura, inclusive naquela que seria a maior aliada do Estado – a Igreja Católica. Pois na realidade, não importava, como já foi dito, a origem da pessoa envolvida no crime de subversão, mas sim a subversão e, por essa razão, a polícia política estava atenta a toda e qualquer alteração de ordem ideológica. E para tais não haviam espaço demarcado. Neste sentido, quando necessário se fez, realizou prisões arbitrárias, coletou dados sobre supostos padres “traidores”, ou simplesmente acompanhou o desenrolar das atividades desempenhadas pela Instituição.¹⁴

Considerações Finais

Ao se debruçar sobre o acervo DOPS – PE acerca da Igreja Católica, é possível efetuar a desconstrução não apenas do momento histórico em que os documentos foram elaborados, mas também compreender os “pactos e tramas”¹⁵ envolvidos nessa relação Igreja/Estado, durante a Era Vargas e a redemocratização. Através do acervo é possível perceber as posturas sustentadas por ambos, sempre ao sabor das necessidades, que o momento impõe.

Num primeiro momento, a Igreja Católica, por estar vivendo tempos de crise, associa-se ao Estado. Essa postura reforça o que ressalta Canetti, quanto ao fato de a Igreja Católica usar durante os momentos de crise, a sua própria massa – formada pelo clero – que “convertidos em agitadores, cruzam o país, instigando as pessoas, que em condições normais, preferiria evitar”.¹⁶ Assim como quando da recuperação das Terras Santas, na Idade Média, a Instituição arregimentou massas, assim o fez no Século XX, pela recuperação do espaço político.

Num segundo momento, este mais sutil, em decorrência da própria censura, vislumbramos algumas rupturas, ou ao menos, afrouxamento nas atividades anticomunistas.¹⁷ Na realidade, o comportamento da Instituição sustentava-se numa ambigüidade discursiva, própria dos discursos autoritários, mas que, no entanto, têm o poder de provocar “um desnivelamento fundamental na relação entre locutor e ouvinte: o locutor é do plano espiritual (o sujeito, Deus) e o ouvinte é do plano temporal (os sujeitos, os homens)”.¹⁸ Nesse sentido, podemos afirmar que a Igreja trabalha em dois planos discursivos distintos, um espiritual e outro temporal, fazendo-a absoluta e capaz de redefinir seus parâmetros, sempre que necessário, pois impõe aos seus ouvintes um valor hierárquico, no qual o espiritual domina o temporal.

Foi por essa razão, que a DOPS vigiou, cerceou e manteve sob seu olhar vigilante, as atividades da Igreja, uma vez que o Estado estava cômico do risco assumido, quando delegou responsabilidades tão importantes para a Instituição.

Notas

¹ Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e bolsista FACEPE/ PIBIC/ CNPq.

² Orientadora e Profa. Dra. – DLCH/ UFRPE. Coordenadora do Projeto DOPS: Imagens Censuradas (1930 – 1985).

³ ALMEIDA, M.G.A.A. de. *Projeto DOPS: Imagens Censuradas*. Recife, 1995, p.3.

⁴ KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo, Ática, 1989.

⁵ ALMEIDA, M.G.A.A. de. *A Construção da Verdade Autoritária* – SP: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2001;p.

⁶ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco 1930-1964*. Rio de Janeiro – 12ª Edição – RJ. Paz e Terra, 2000;

⁷ Documento iconográfico do Chefe de Estado Agamenon Magalhães e o Arcebispo Primaz, tocando as taças, simbolizando o pacto de mútuo apoio entre a Igreja e o Estado. Fonte: APEJE – In: *Folha da Manhã*, vespertino, 24.05.1939, p. 8. Apud: ALMEIDA, M.G.A.A. Op. cit. p.276;

⁸ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas: 2ª Edição – SP. Papyrus, 1986.

⁹ Panfleto “*Cristão descruzai os braços*” da Comissão de Propaganda e Comício “Resposta a Prestes” promovido pela Ação Católica convocando a sociedade a um comício cuja finalidade era fazer propaganda anticomunista. Fonte: APEJE/DOPS. Prontuário [31.978];

¹⁰ Panfleto “*Comunismo e Catolicismo são inimigos irreconciliáveis*” da Ação Católica em campanha nacional contra o Comunismo. Fonte: APEJE/DOPS. Prontuário [31.978];

¹¹ ALMEIDA, M.G.A.A. de. Op. cit.p. 83

¹² - Leis, Decretos e Atos. In: *Legislação Estadual de Pernambuco 1935 – 1937*. Recife: Imprensa Oficial, 1937. Apud: ALMEIDA, M.G.A.A. de. Projeto DOPS: Imagens Censuradas.p.23

¹³ Para conhecer melhor a DOPS – PE e seu funcionamento, vide SILVA, M. G. *DOPS e o Estado Novo: os bastidores da repressão em Pernambuco 1930 – 1945*. Dissertação de Mestrado em História – Departamento de História – UFPE, 1995.

¹⁴ Para perceber melhor a atuação da DOPS em relação à Igreja em Pernambuco, vide os Prontuários Funcionais sediados no acervo APEJE/DOPS, números: **29.572, 31.978, 27.472...**

¹⁵ ALMEIDA, M.G.A.A. *A recristianização da política: pactos e tramas entre o Estado e a Igreja no Brasil (1937-1945)*. Revista de História das Idéias, Vol. 23, Faculdade de Letras – Coimbra, 2002

¹⁶ CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. Brasília: UNB; São Paulo: Melhoramentos, 1983, p.173-4.

¹⁷ Recorte do Jornal “*O Vaticano Desaconselha o Caminho do Anticomunismo*” do periódico *A Tribuna* de 10.06.1947, que trata de uma matéria noticiando a postura do Vaticano desaconselhando o caminho do anticomunismo, no Brasil e no mundo. Fonte: APEJE/DOPS. Prontuário: [29.572]

¹⁸ ORLANDI, Eni P. O discurso religioso, In: *A linguagem e seu funcionamento*, São Paulo. Brasiliense, 1983, p. 218.